

- iv. Grupo de Trabalho de Informática para o Utente;
- v. Grupo de Trabalho sobre segurança de dados clínicos;
- vi. Grupo de Trabalho para Registos de Enfermagem;
- vii. Grupo de Trabalho para interoperabilidade semântica.

6 — A composição e objetivos dos grupos referidos no número anterior são definidos pela CIAC, mediante proposta do coordenador e publicitadas no Portal da SPMS.

7 — A participação dos profissionais que integram os grupos referidos no número anterior será acordada entre o coordenador da CIAC e os dirigentes máximos das instituições a que pertencem.

8 — Os elementos da Comissão e respetivos grupos que a integram exercem as suas funções no seu horário de trabalho, não lhes sendo devida remuneração adicional, mas têm direito à afetação de tempo específico para a realização dos trabalhos da Comissão, bem como ao abono de ajudas de custo e deslocações suportadas pelos seus respetivos locais de origem.

9 — Todo o apoio de secretariado e logística das atividades da comissão e respetivos grupos técnicos fica a cargo da SPMS.

10 — É revogado o Despacho n.º 16519/2011, publicado no D.R. 2.ª, n.º 233, de 6 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 8742/2012, publicado no D.R. 2.ª Série, n.º 126 de 2 de julho.

11 — O presente despacho entra em vigor a partir da data da sua publicação.

11 de julho de 2013. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

207116371

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

Aviso n.º 9484/2013

Faz-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, IP, datada de 4 de julho de 2013, foi nomeado o júri a seguir indicado da área profissional de Imunologia, no âmbito do Concurso de habilitação ao grau de consultor da carreira médica hospitalar, aberto pelo aviso n.º 848/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* n.º 21, de 31 de janeiro:

Júri único

Presidente: Dr. Manuel António da Silva Ferreira de Almeida — Chefe de Serviço de Patologia Clínica — Centro Hospitalar de S. João, E. P. E.

Vogais Efetivos:

Dra. Marília Arcília Dias — Chefe de Serviço de Patologia Clínica — Centro Hospitalar de Tâmega e Sousa, E. P. E. (substitui o Presidente em caso de falta ou impedimento);

Dr. José António Mota Freitas — Chefe de Serviço de Patologia Clínica — Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E.;

Dra. Maria Dolores Abreu Pinto Pinheiro Almeida — Assistente Graduado de Patologia Clínica — Centro Hospitalar de S. João, E. P. E.;

Dra. Lénia Maria Nogueira Santos Jorge — Assistente Graduado de Patologia Clínica — Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E. P. E.

Vogais suplentes:

Dra. Maria Inês Baldaque Faria Marinho Fernandes Barbosa — Assistente Graduado de Patologia Clínica — Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E. P. E.;

Dr. Luís Filipe de Melo Silva Araújo — Chefe de Serviço de Patologia Clínica — Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E. P. E.

12 de julho de 2013. — A Coordenadora da Unidade de Apoio à Gestão, *Celeste Terêncio Silva*.

207118883

Aviso n.º 9485/2013

Faz-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., de 4 de julho de 2013, foi nomeado o júri a seguir indicado da área profissional de Neonatologia, no âmbito do Concurso de habilitação ao grau de consultor da carreira médica hospitalar, aberto pelo aviso n.º 848/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* n.º 21, de 31 de janeiro:

Júri único

Presidente: Dr.ª Almerinda Barroso Pereira — Chefe de Serviço de Neonatologia — Hospital de Braga.

Vogais Efetivos:

Dr.ª Hercília Guimarães — Chefe de Serviço — Centro Hospitalar de São João, E. P. E. (substitui o Presidente em caso de falta ou impedimento);

Dr. Helder Ornelas — Chefe de Serviço — Hospital Espírito Santo, E. P. E., Évora,

Dr. José Luís Fonseca — Assistente Graduado no Centro Hospitalar do Alto Ave, E. P. E., Guimarães,

Dr. Waldemar Martins — Assistente Graduado — Centro Hospitalar Médio Tejo — Unidade de Abrantes.

Vogais suplentes:

Dr.ª Isabel Cunha — Chefe de Serviço — Hospital de Braga.

Dr.ª Gabriela Mimoso — Assistente Graduado — Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E. P. E.

12 de julho de 2013. — A Coordenadora da Unidade de Apoio à Gestão, *Celeste Terêncio Silva*.

207118915

Aviso n.º 9486/2013

Faz-se público que, em cumprimento do disposto no n.º 30 do Regulamento dos Concursos de Habilitação ao Grau de Consultor e de Provimento na Categoria de Chefe de Serviço da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 177/97, de 11 de março foi, por deliberação do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., de 4 de julho de 2013, homologada a lista de classificação final dos candidatos, no âmbito do Concurso de habilitação ao grau de consultor da carreira médica hospitalar, aberto pelo aviso n.º 848/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* n.º 21, de 31 de janeiro, da área profissional abaixo indicada:

Medicina Interna — Júri n.º 1 (ARS Norte)

Dr.ª Margarida Maria Gomes Mota Carvalho — *Aprovada*

Dr.ª Maria Adelaide Ferreira Giesteira — *Aprovada*

Dr.ª Maria Ivone Figueiredo Barracha — *Aprovada*

Dr.ª Maria João Tavares Costa Andrade — *Aprovada*

Dr.ª Maria Júlia Pereira Amorim — *Aprovada*

Dr.ª Maria Margarida Magalhães Costa Inácio — *Aprovada*

Dr.ª Maria Teresa Novais Vale Pinto A. Costa — *Aprovada*

Dr.ª Marina Graça Martins Ferreira Santos — *Aprovada*

Dr. Mário Jorge Almeida — *Aprovado*

Dr. Miguel José Silva Tavares — *Aprovado*

Dr. Narciso Alexandre Fernandes Oliveira — *Aprovado*

Dr. Paulo Ilídio Santos Paiva — *Aprovado*

Dr. Paulo José Roque Marçal — *Aprovado*

Dr.ª Rosa Maria Castro Ribeiro — *Aprovada*

Dr. Rui Manuel Castanheira Henriques — *Aprovado*

De acordo com o disposto no n.º 31.1 do Regulamento supracitado, a data de obtenção do grau de consultor dos médicos aprovados constantes desta lista reporta-se a 20 de fevereiro de 2013, data da publicação da primeira lista da presente área profissional, conforme o aviso n.º 2480/2013 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 20 de fevereiro de 2013.

15 de julho de 2013. — A Coordenadora da Unidade de Apoio à Gestão, *Celeste Terêncio Silva*.

207122024

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Aviso (extrato) n.º 9487/2013

Procedimento concursal comum conducente ao recrutamento de pessoal médico para a categoria de assistente, da área de medicina geral e familiar da carreira especial médica

Nos termos do n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 2/2009 (acordo coletivo da carreira especial médica), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 198, de 13 de outubro de 2009, com as alterações introduzidas pelo Aviso n.º 17239/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 25, de 27 de dezembro de 2012, Portaria n.º 207/2011 de 24 de maio, Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro, e Decreto Regulamentar n.º 51-A/2012, de 31 de dezembro, faz-se público que, por despacho exarado por delegação de competências, do Vogal do Conselho Diretivo

da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, datado de 10 de julho de 2013, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar a partir do dia da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum destinado ao preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho para a categoria de assistente da área de medicina geral e familiar da carreira especial médica.

1 — Requisitos de admissão

Podem candidatar-se ao procedimento concursal aberto pelo presente aviso, médicos detentores do grau de especialista de medicina geral e familiar, e que se encontrem vinculados por tempo de indeterminado.

2 — Prazo de apresentação de candidaturas

Dez dias úteis, contados a partir do dia da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

3 — Método de seleção

O método de seleção tem por base o resultado da avaliação e discussão curricular, nos termos do artigo 19.º da Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, conjugado com o n.º 2 do artigo 21.º, da mesma Portaria.

4 — Caracterização dos postos de trabalho

Ao posto de trabalho cuja ocupação aqui se pretende, corresponde o conteúdo funcional estabelecido no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto, e artigo 7.º B, aditado pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro.

5 — Remuneração

A remuneração base mensal ilíquida a atribuir corresponde à remuneração de ingresso na categoria de assistente, no regime de tempo completo.

6 — Local de trabalho

Agrupamento de Centros de Saúde de Lisboa Central.

7 — Prazo de validade

O procedimento concursal aberto pelo presente aviso é válido para a ocupação dos postos de trabalho enunciados, terminando com o seu preenchimento.

8 — Legislação aplicável

O procedimento concursal aberto pelo presente aviso rege-se pelo disposto no n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com o Acordo Coletivo de Trabalho n.º 2/2009 (acordo coletivo da carreira especial médica), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 198, de 13 de outubro de 2009, com as alterações introduzidas pelo Aviso n.º 17239/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 25, de 27 de dezembro de 2012, Portaria n.º 207/2011 de 24 de maio, Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro, e Decreto Regulamentar n.º 51-A/2012, de 31 de dezembro.

9 — Horário de trabalho

O período normal de trabalho é de 40 horas semanais.

10 — Formalização das candidaturas

10.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., podendo ser entregue diretamente nas instalações, sitas na Av.ª Estados Unidos da América, 75 — 2.º piso, 1749-096 Lisboa, no período compreendido entre 09h30 e as 17h00, ou remetido pelo correio, para a mesma morada, com aviso de receção.

10.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação do requerente (nome, estado, naturalidade, número e data do bilhete de identidade/cartão de cidadão, residência, cédula profissional, código postal, telefone e email);

b) Pedido para ser admitido ao concurso;

c) Identificação do concurso, mediante referência ao número, data e página do *Diário da República* onde se encontra publicado o presente aviso;

d) Identificação dos documentos que instruem o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;

e) Natureza do vínculo e estabelecimento ou serviço em que se encontra a exercer funções;

f) Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao presente processo concursal.

10.3 — A candidatura deverá ser acompanhada dos seguintes elementos:

a) Documento comprovativo do cumprimento dos deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

b) Certificado de sanidade para o exercício de funções públicas, passado pela autoridade de saúde da área de residência;

c) Certificado do registo criminal;

d) Documento comprovativo de inscrição na Ordem dos Médicos;

e) Documentos comprovativos da situação prevista no ponto 1 do presente aviso;

f) Curriculum vitae atualizado.

10.4 — A apresentação dos documentos referidos nas alíneas b) e c) do ponto anterior pode ser substituída por declaração no requerimento, sob compromisso de honra, da situação precisa em que o candidato se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

11 — Composição e identificação do Júri

O Júri do presente procedimento concursal terá a seguinte composição:

Presidente: Maria Laura dos Prazeres Marques, Assistente Graduada Sênior de MGF, Sede da ARSLVT, IP.

1.ª Vogal efetiva: Maria Fernanda Freire da Fonseca, Assistente Graduada de MGF, Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures, que substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

2.ª Vogal efetiva: Maria José Casação da Silva Marques, Assistente Graduada de MGF, do Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures

1.ª Vogal suplente: Maria Violeta Jesus Barreto Pimpão, Assistente Graduada Sênior de MGF, ACES Grande Lisboa X — Cacém-Queluz.

2.ª Vogal suplente: Maria Luísa Bento Gonçalves Alves Baptista, Assistente Graduada de MGF, Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures.

12 — Afixação da lista de candidatos admitidos e excluídos

A lista de candidatos admitidos e excluídos será afixada nas instalações da ARSLVT, IP, na morada indicada no ponto 10.1 do presente aviso.

13 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

10 de junho de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre.

207120567

Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 1496/2013

No uso das faculdades conferidas pelo n.º 3 do artigo 1.º e n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro, e em conformidade com o disposto nos artigos 35.º a 37.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, o Conselho Diretivo em 9 de maio de 2013, delibera delegar em cada um dos seus membros, nos licenciados Gildásio Martins dos Santos, presidente, Ana Maria Simões Alferes Costa, vogal, Miguel Angel Lopes Madeira, vogal, as seguintes competências:

1 — No âmbito das competências em matéria da prestação de cuidados de saúde da região:

a) Autorizar auditorias, sem prejuízo das competências legalmente conferidas a outras entidades, designadamente a competência sancionatória da Entidade Reguladora da Saúde e as competências inspetivas da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde;

b) Promover as medidas necessárias para a melhoria do funcionamento dos serviços e ao pleno aproveitamento da capacidade de recursos humanos e materiais;

c) Instaurar e decidir processos contraordenação, assim como aplicar as respetivas sanções, quando estes sejam atribuição da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P.;

2 — No âmbito das competências de orientação e gestão do instituto, sem prejuízo das competências delegadas ou subdelegadas nos Diretores Executivos dos Agrupamentos dos Centros de Saúde ou atribuídas nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, na redação em vigor:

a) Acompanhar, avaliar e validar sistematicamente a atividade desenvolvida, designadamente responsabilizando os diferentes serviços pela utilização dos meios postos à sua disposição e pelos resultados atingidos;

b) Exercer os poderes de direção, gestão e disciplina do pessoal;

c) Praticar os demais atos de gestão corrente resultantes da aplicação dos estatutos e necessários ao bom funcionamento dos serviços;

d) Constituir mandatários do instituto, em juízo e fora dele, incluindo com o poder de substabelecer.